

Por Heloisa Cristaldo

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Paulo Rabello de Castro, foi um dos alvos das investigações da Polícia Federal sobre supostas fraudes em investimentos no fundo de pensão Postalís, dos funcionários dos Correios. Ele prestou depoimento e sua residência foi alvo de busca e apreensão. As ações foram iniciadas na manhã de hoje (1º) no âmbito da Operação Pausare nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e em Alagoas.

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Paulo Rabello de Castro, foi um dos alvos das investigações da Polícia Federal sobre supostas fraudes em investimentos no fundo de pensão Postalís, dos funcionários dos Correios. Ele prestou depoimento e sua residência foi alvo de busca e apreensão. As ações foram iniciadas na manhã de hoje (1º) no âmbito da Operação Pausare nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e em Alagoas.

Segundo nota à imprensa da SR Rating, empresa brasileira de classificação de riscos de crédito, fundada por Rabello de Castro, o executivo estava em Brasília quando, “após ter conhecimento da operação de busca e apreensão em sua residência, no Rio, se dirigiu voluntariamente para prestar esclarecimentos à Polícia Federal”. Ao assumir o cargo de presidente do BNDES, o economista se licenciou da instituição. O banco não se manifestou sobre o assunto.

Ainda segundo a SR Ratings, o comitê de classificação de risco da agência aprovou, entre 2009 e 2010, operações de crédito contratadas para o Grupo Mudar. “Por norma, as agências de classificação de risco não têm acesso a informação sobre os futuros investidores, entre eles o Postalís”, afirma a nota.

De acordo com a Polícia Federal, em razão da má gestão dos recursos, o déficit da Postalís é de aproximadamente R\$ 6 bilhões, e “para enfrentar o desequilíbrio nas contas do fundo, aposentados e funcionários da ECT, além do Tesouro Nacional, tiveram de aumentar a contribuição para o fundo de previdência”.

Segundo a Polícia Federal, as medidas judiciais têm como alvo pessoas físicas e dirigentes de instituição financeira internacional, além de pessoas jurídicas. Por meio de nota, a PF informou que, dentro desse grupo, há empresas com títulos em bolsas de valores e instituições de avaliação de risco.

**Fonte:** [Agência Brasil](#), em 01.02.2018.